

**MULHERES NO ITAMARATY:  
A TRAJETÓRIA DA INSERÇÃO FEMININA NA DIPLOMACIA  
BRASILEIRA<sup>1</sup>**

Larissa de Jesus Batalha<sup>2</sup>

**Resumo**

A diplomacia brasileira como é conhecida atualmente teve seus atributos construídos lentamente desde os primórdios do Brasil Império. Sob perspectivas elitistas, patriarcais e sexistas da sociedade, os homens foram os protagonistas da carreira diplomática desde o início do Itamaraty. Esse protagonismo permanece até hoje, pois o diplomata é personificado como sendo um homem branco, elegante, instruído em línguas e um apreciador de culturas - visão longe de representar a realidade diversa do povo brasileiro. Neste sentido, o presente artigo apresentará os principais eventos envolvendo a trajetória da inserção feminina na diplomacia brasileira, minoria no Itamaraty, e o que se tem feito para buscar igualdade numérica entre homens e mulheres na carreira atualmente.

**Palavra-chave:** mulheres; diplomacia; desigualdade; Itamaraty.

***Abstract***

*Brazilian diplomacy as it is known today had its attributes built slowly since the beginnings of the Brazilian Empire. Under elitist, patriarchal and sexist perspectives of society, men have been the protagonists of the diplomatic career since the beginning of Itamaraty. This protagonism remains until today, as the diplomat is personified as a white man, elegant, educated in languages and an appreciator of cultures - a view far from representing the diverse reality of the Brazilian people. In this sense, this article will present the main events involving the trajectory of female insertion in Brazilian diplomacy, a minority*

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no dia 27 de junho de 2023, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Aparecida Cardozo.

<sup>2</sup> Discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

*in Itamaraty, and what has been done to seek numerical equality between men and women in the career today.*

**Keywords:** *women; diplomacy; inequality; Itamaraty.*

## **Introdução**

Debater a inexistência de mulheres no corpo diplomático brasileiro não é um tema atual. A diplomacia nacional foi iniciada oficialmente no período imperial e, desde o seu início até meados do século XX, foi constituída, majoritariamente, por indivíduos recrutados criteriosamente a partir da cor de sua pele, seu sexo de nascimento e condição social e financeira (AMPARO E MOREIRA, 2020). Como consequência, o Itamaraty foi moldado como uma instituição formada por homens brancos e da elite política, com famílias cujos sobrenomes estavam envolvidos nos setores oligárquicos e aristocráticos, constantemente com familiares já ocupantes de postos diplomáticos ou na carreira pública.

Tal imagem, socialmente construída durante séculos, ainda hoje permanece viva no imaginário da população brasileira mesmo após políticas internas e externas de cotas e após a execução de projetos visando incentivar a candidatura - e posterior entrada - de mulheres na carreira diplomática. Entretanto, no que diz respeito à entrada de mulheres no serviço público no exterior, embora seja perceptível o maior interesse feminino na carreira diplomática atualmente, ainda não é visualizada uma mudança expressiva na maneira como são enxergados esses profissionais pela sociedade civil, ou seja, permanece forte o ideal da persona de um diplomata como sendo a de um homem branco, heterossexual, instruído em idiomas e política, de classe social elevada tal como eram os diplomatas nos séculos anteriores.

Ainda assim, apesar da diplomacia ter sido moldada como uma profissão a ser executada por homens, mulheres tentaram, tentam e continuarão tentando se profissionalizar na vida pública como diplomatas. Ao longo das décadas, inúmeros foram os empecilhos dispostos para que mulheres nem ao menos tentassem se candidatar à carreira, e, caso preferissem enfrentar esses obstáculos, as aprovadas precisavam permanecer em um ambiente de descrença na qualidade de seus trabalhos durante o exercício da profissão, tornando o ambiente profissional muito mais difícil para as mulheres.

Atualmente, a vontade de igualizar o número de mulheres e homens no quadro de profissionais diplomatas é um dos tópicos de atenção do Itamaraty devido a pressões internas e externas demandantes de que o governo brasileiro possua um corpo diplomático o qual seja a representação da população de seu país, isto é, seja altamente diversificado. Nesse sentido, embora o Brasil seja um exemplo diplomático internacional e possua reconhecida relevância na forma como promove externamente sua política para com outras nações, ainda há a necessidade interna de mudanças institucionais no Itamaraty visando maior igualdade numérica entre homens e mulheres diplomatas.

Nesse sentido, este artigo se justifica na medida em que apresenta como sucedeu o processo histórico que culminou na consolidação da predominância masculina na profissão composta pelos atores responsáveis por representar o Brasil internacionalmente e aplicar a Política Externa do país. Para isso, será analisado o tema em uma perspectiva geral a partir da conexão de episódios pontuais na história nacional, considerando a importância desses episódios para o desenvolvimento institucional da diplomacia brasileira e para o processo de construção do imaginário populacional sobre o perfil de um diplomata. Desse modo, a proposta de pesquisa deste artigo visa entender como a estrutura social e a história do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) relaciona-se com a desigualdade numérica existente entre homens e mulheres no exercício da diplomacia brasileira e quais mudanças têm sido realizadas recentemente para mudar este cenário desigual. Ademais, a hipótese de pesquisa pretende mostrar como a realidade do corpo diplomático brasileiro atualmente é consequência do passado histórico político e social do Brasil. Logo, faz-se necessário conhecer os principais momentos históricos que moldaram o perfil do corpo diplomático no país, além da composição do quadro recente destes profissionais após o conjunto de mudanças ocorridas ao longo das décadas para que a relação de causa e efeito que culminou na quantidade inferior de mulheres no Itamaraty seja entendida em sua plenitude.

Em termos metodológicos, a primeira parte do exposto se baseia na revisão bibliográfica de autores cujos artigos trabalham a temática da diplomacia no Brasil, em específico artigos com conteúdos focados na história do Itamaraty e do Instituto Rio Branco, na inserção feminina na profissão e no modelo de recrutamento de servidores diplomatas ao longo das décadas. Já na segunda parte do artigo, é apresentado graficamente a disparidade entre homens e mulheres aprovados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), além do baixo número de mulheres inscritas nele. Há o intuito de relacionar a baixa quantidade de mulheres inscritas, e posteriormente o menor índice de aprovação feminina

entre o todo, com a existência de um imaginário, construído socialmente durante séculos, de que a diplomacia é uma carreira para homens, sendo este um dos motivos de desencorajamento para as mulheres seguirem na área. Por fim, a finalização conta com um compilado de projetos focados em promover a igualdade de gênero, o interesse feminino da carreira diplomática e, também, aproximar a sociedade civil da rotina de um servidor público no exterior.

### **O recrutamento dos novos diplomatas e a lenta aceitação das mulheres na diplomacia**

A diplomacia é um mecanismo do exercício da Política Externa de uma nação utilizado com o objetivo de estabelecer e de desenvolver contatos pacíficos e respeitosos entre os governos de diferentes Estados a partir do uso de intermediários mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes. A representação diplomática compreende a presença do agente diplomático em inúmeros atos oficiais em relação aos quais o Estado receptor requer ou espera a presença dos representantes diplomáticos nele acreditados (MAGALHÃES, 1985). Ademais, a atuação diplomática realizada por estes intermediários envolve a tratativa de assuntos comerciais, bélicos, culturais, sociais e, também, a atuação como representantes em organizações e fóruns internacionais a partir da Política Externa adotada pelo Chefe de Governo de um país - no caso do Brasil, o Presidente da República.

No Brasil, os agentes diplomáticos - os diplomatas - estão inseridos em uma comunidade profissional caracterizada por uma cultura burocrática estruturada na hierarquia (AMPARO E MOREIRA, 2020). Hoje, a inserção de um indivíduo na carreira diplomática dá-se mediante realização, e posterior aprovação, do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD). A aprovação neste concurso público garante a entrada de homens e mulheres no Instituto Rio Branco (IRBr) - a escola de aprendizado e de treinamento dos futuros diplomatas brasileiros - desde que sejam brasileiros natos<sup>3</sup>; estejam sob gozo dos direitos políticos; estejam em dia com as obrigações do Serviço Militar (caso de candidatos do sexo masculino); estejam em dia com as obrigações eleitorais; detenham idade igual ou superior a 18 anos; apresentem diploma registrado comprovando conclusão em curso de graduação de nível superior; apresente aptidão física e mental para o exercício das atribuições

---

<sup>3</sup> Conforme o art. 12, § 3o, inciso V, da Constituição Federal e o art. 36 da lei no 11.440/2006.

diplomáticas<sup>4</sup> e, por fim, tenha sido aprovado(a) no concurso (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2022<sup>5</sup>).

Os requisitos formais apresentados no edital do CACD servem para delimitar a parcela de indivíduos aptos a participar do recrutamento daqueles que, no futuro, serão os representantes do Brasil e responsáveis por exercer a Política Externa da nação de modo diplomático para com outros Estados. Os componentes delimitadores nos editais atuais são resultado da evolução dos costumes sociais e democráticos do país, juntamente do acompanhamento de mudanças sociais e culturais fomentadas pela globalização.

A evolução do recrutamento para incorporar o corpo diplomático brasileiro será apresentado a seguir e, para melhor visualização temporal, será primeiramente utilizada a separação de fases descrita por Zairo Cheibub (1984), o qual divide o processo histórico da construção da diplomacia brasileira em três etapas, sendo a primeira fase de 1822 ao final de seu século; a segunda, os anos iniciais do século XX, e, a última, o final da década de 1910 até o final da década de 1990. Para complementar a análise com informações posteriores aos anos 2000, será utilizado o trabalho de Guilherme Friaça (2018), o qual possui foco em relatar a trajetória de mulheres formidáveis na diplomacia brasileira entre os anos de 1918 a 2011.

O primeiro período é chamado por Cheibub (1984) de *Período Patrimonial* e é caracterizado pelo forte laço patrimonial e elitista da condução burocrática do Estado brasileiro. Denominado pelo autor como “Diplomacia Imperial”, neste momento há a transição do Brasil Colônia para o Brasil Império após a independência do país. Nesse período, conseqüente à declaração de independência, surge a necessidade de expandir o trabalho diplomático da nova nação independente, pois há uma grande importância da diplomacia para os novos Estados do século XIX, uma vez que estes necessitavam obter apoio e reconhecimento internacional para seu processo de independência nacional (CHEIBUB, 1984). No caso do Brasil, após a declaração de independência, a adoção do regime de governo monárquico, assim como o existente em grandes nações europeias, garantiu ao país reconhecimento diplomático entre essas nações de destaque internacional. Como influência, os valores aristocráticos europeus tradicionais moldaram até então a profissão diplomática brasileira (FARIAS, 2017).

Para manter as relações com outros países, principalmente os Estados Unidos e a Europa, era comum nomear mais representantes para as Cortes europeias e para Washington

---

<sup>4</sup> Conforme o art. 14, parágrafo único, da lei no 8.112/1990.

<sup>5</sup> Diário oficial da União EDITAL Nº 1, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022).

do que para países latino-americanos (CHEIBUB, 1984). Com os países vizinhos, o império brasileiro possuía uma relação de controle militar visando manter, principalmente, a unidade territorial do país. Nesse período, denominado “política das missões”, o governo do Império enviou seus melhores representantes para negociar alianças, entregar ultimatos, preparar intervenções armadas e armistícios etc. para os países vizinhos no Prata (CARVALHO, 1959 apud CHEIBUB, 1984). Desse modo, segundo Cheibub (1984), enquanto a diplomacia brasileira para a Europa cumpria as funções rotineiras de representação, de informação e de negociação, no Brasil permaneciam ações militares conduzidas por membros da elite política do governo para lidar com disputas por terras com as nações fronteiriças.

Internacionalmente, a partir do direito internacional em vigor após o Congresso de Viena (ocorrido entre 1814 e 1815), os Estados conduziram as relações exteriores por meio de representantes credenciados responsáveis por facilitar a comunicação entre soberanos, negociar acordos, coletar informações e minimizar atritos na política internacional (FARIAS, 2017). Por todo o século XIX e, na realidade, até 1918, persistiu a teoria de que a diplomacia estava de certo modo identificada com a pessoa do monarca reinante (NICOLSON, 1967 apud CHEIBUB, 1984). Nesse viés, considerando a origem portuguesa de Dom Pedro I e a aproximação do Brasil Império com a Europa, era de extrema importância que os agentes representantes da diplomacia estivessem associados aos padrões europeus não somente nos gostos e comportamentos, mas também no tipo físico: brancos, altos e magros (GOBO, 2018).

Nesse sentido, o recrutamento para a escolha daquele que seria a “figura” do monarca em outra nação era realizado entre um grupo seleto de pessoas, as quais deveriam estar de acordo com o padrão desejado pelos recrutadores para serem consagrados como diplomatas brasileiros. À época do imperador, os diplomatas recrutados eram homens brancos da corte ou da elite econômica e intelectual, de confiança do soberano e que lhe era interessante manter por perto devido a seus interesses particulares (AMPARO E MOREIRA, 2020). Assim sendo, os escolhidos eram aqueles os quais viviam no mesmo círculo social que a corte e faziam parte de famílias renomadas cujos negócios familiares estavam atrelados aos negócios do Estado, de modo que os cargos destinados aos diplomatas eram tratados quase como uma espécie de prebenda que cabia ao Estado distribuir (CHEIBUB, 1984). Em outras palavras, o Estado distribuía cargos e títulos a aqueles que tivessem notoriedade, fosse interessante fomentar um relacionamento político ou econômico e cumprisse com as descrições físicas comuns aos homens que representavam o monarca perante outras nações.

Além dos fatores políticos envolvendo a aproximação entre elite e governo, havia também uma preocupação financeira no momento de recrutamento dos novos diplomatas. A carreira diplomática era aquela que dependia de indivíduos que estivessem próximos ao centro de poder e que pudessem dispensar seus recursos para representar o país (GOBO, 2018). A nomeação para o cargo não garantia o recebimento de salários fixos, pois, consoante Cheibub (1984), os pagamentos recebidos pelos funcionários do corpo consular provinham de parte da renda do consulado para o qual trabalhavam e, no caso de diplomatas em exercício no exterior, principalmente na Europa, o sustento da vida luxuosa e dispendiosa, a qual era necessário possuir para construir uma imagem positiva do Brasil e demonstrar a riqueza da nação, era fruto da fortuna pessoal dos diplomatas.

Nesse sentido, por desprender parte de sua fortuna para representar o Brasil no exterior e negociar pelo país, outro benefício destinado à alta classe diplomata era de os chefes de missão, em alguns casos, nomear seus próprios auxiliares e muitas vezes o fazendo nomeando seus parentes (SECKINGER, 1979 apud CHEIBUB, 1984). Assim, beneficiando-se do capital próprio de sua elite, o Estado podia contar com o devido preenchimento das funções que, por insuficiência financeira, não poderiam ser desempenhadas por um quadro de funcionários assalariados (CHEIBUB, 1984).

Não são expressivas as mudanças vislumbradas no corpo diplomático e no modo de recrutamento dos diplomatas com a chegada da República em 1889. Segundo Gobo (2018), no período inicial da República, ainda são importantes o capital social e o capital cultural dos candidatos para aumentar suas chances de entrada e futura nomeação na carreira e, além disso, também continuam sendo considerados unicamente homens como diplomatas, a cor de sua pele e a aparência física no que diz respeito à alocação do seletivo grupo de homens no momento de distribuição dos postos. A mudança de mentalidade ocorrida foi que, se os diplomatas deveriam bem representar D. Pedro II durante o Império, na nascente República eles deveriam espelhar a elite do país, herdeira do Império, socializada com a etiqueta da corte (GOBO, 2018). Assim, evidenciava-se a continuidade de dois aspectos da estrutura da diplomacia brasileira: o Itamaraty como o último refúgio da monarquia no Brasil e a presença contínua da elite brasileira no quadro de serviços diplomáticos (MOURA, 2007; AMPARO E MOREIRA, 2020).

O segundo período definido por Cheibub (1984) é o *Momento Carismático* - em alusão à personalidade emblemática de Barão do Rio Branco e sua atuação enquanto esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores. A administração de Rio Branco compreende os

anos de 1902 até 1912 e é caracterizada, segundo Hechen (1964), conforme cita Cheibub (1984), por dar continuidade a alguns traços da diplomacia do Império em sua gestão, como por exemplo concentrar os principais recursos da diplomacia brasileira na consolidação territorial do Brasil enquanto lida militarmente com os países vizinhos, principalmente, localizados na região da Prata.

A gestão do Barão do Rio Branco representa um marco simbólico fundamental na vida institucional do Itamaraty (CHEIBUB, 1984). Durante o período em que negociou e participou de arbitragens internacionais focadas na demarcação do território,

Em termos políticos, o fato de serem os diplomatas, na figura de Rio Branco, considerados como responsáveis por uma das tarefas essenciais à formação do Estado Nacional - isto é, a consolidação territorial [...] - faz com que o prestígio da instituição seja aumentado enormemente (CHEIBUB, 1984).

O resultado de seu sucesso à frente do Ministério das Relações Exteriores trouxe prestígio ao Itamaraty, assim como seu carisma no trato das negociações promoveu apoio externo para o Brasil.

Nesse período, o recrutamento dos novos diplomatas permanece semelhante a como acontecia no Império, isto é, homens brancos, social e economicamente relevantes e pertencentes a famílias com importância para política na época, sendo selecionados entre os membros da elite do país, geralmente, por indicação e automaticamente sendo nomeados a um cargo. Todavia, é importante destacar que a elite mencionada não compreende mais em sua totalidade a elite existente no *Período Patrimonial*; o processo de formação do Estado brasileiro no que diz respeito às elites administrativas entrou num novo estágio, alterando a posição relativa do MRE em termos de elites nacionais (CHEIBUB, 1984).

Cheibub (1984) considera a formação da nova elite como um fator caracterizador de transição entre o *Período Patrimonial* e o *Período Burocrático-Racional*. Para o autor, na República, ocorreu uma crise de formação de elites, pois a nova geração de membros da alta sociedade era incapaz de dar continuidade ao processo de construção nacional, uma vez que, após a fase de acumulação primitiva de poder - característica existente na elite dos anos do Império -, tornou-se um problema encontrar profissionais para lidar com as novas questões do Estado. No entanto, uma outra característica marcante do *Momento Carismático* é que, no caso dos diplomatas, esse processo de desagregação não ocorreu na diplomacia, pois Rio Branco (conhecidamente um centralizador na tomada de decisões do Itamaraty) não permitiu que as mudanças sociais externas influenciassem internamente a composição do quadro de



funcionários do Ministério das Relações Exteriores sob sua gestão. Em outras palavras, o modelo de recrutamento de novos membros novamente não sofreu alterações significativas, pois o carisma pessoal e prestígio político do Barão permitiam-no centralizar a política exterior em torno de si, incluindo a escolha dos integrantes da carreira diplomática (HAXTON E SILVA, 2021).

Desse modo, persistindo no mesmo modelo de seleção de diplomatas do século anterior, segundo Cheibub (1984), o mecanismo de seleção continuou a tender pela uniformização dos membros da carreira em termos de sua origem social, ainda com a continuidade do recrutamento de futuros membros do corpo diplomático, predominantemente, entre os setores oligárquicos e aristocráticos, mesmo existindo novas famílias ascendendo financeiramente na recente República instaurada. Desse modo, embora socialmente as elites brasileiras estivessem se alterando, os membros da elite escolhidos para ocupar postos no MRE ainda eram procurados no padrão social anteriormente existente - o padrão europeu. Assim, permanecia uma certa coesão e homogeneidade entre os diplomatas (CHEIBUB, 1984).

No exercício da diplomacia, as mulheres ainda não eram cogitadas para ingressarem na carreira. O perfil procurado por Rio Branco buscava vender ao estrangeiro a imagem idealizada do Brasil, pautada nas características das nações europeias nas quais o governo republicano procurava espelhar-se (HAXTON E SILVA, 2021). Segundo Farias (2017), no início do século XX, o corpo diplomático ainda vivia sob a redoma dos traços da nobreza e da aristocracia europeia, de modo a agirem conforme um código de honra patriarcal que reunia as interações dos diplomatas e tornava possível as relações oficiais dos países independente da nacionalidade dos negociadores. Esse ambiente reforçou a relevância dos homens, pois a formação das práticas diplomáticas modernas ocorreu quando a opinião científica abraçou a ideia da inferioridade das mulheres (FARIAS, 2017). Assim, explica Farias (2017), os traços considerados positivos em um diplomata eram caracterizados como masculinos, enquanto os traços taxados como negativos eram aqueles comumente estereotipados como características femininas. A ideia da mulher como inerte, passiva, conciliadora, naturalmente pacífica e fraca tornou-se uma “indicação de uma sociedade mais civilizada”. A diplomacia, portanto, incorporou uma hierarquia de gênero na linguagem da política de poder (FARIAS, 2017).

No entanto, enquanto profissionalmente ainda era impensável uma mulher no MRE, no jogo diplomático o toque feminino entra como uma nova peça na construção da persona do diplomata - são as chamadas “esposas diplomatas”. Nessa concepção, as mulheres começam a

representar o aspecto doméstico de um homem diplomata. Uma esposa cuja família possuía renome, além de ter uma bela aparência, ser educada e cuidadora do lar e dos filhos reforçava a visibilidade de seu esposo como homem capaz e astuto, além de angariar pontos positivos para o lado social do diplomata, tornando-se essencial para a carreira do marido. As esposas dos diplomatas tornavam suas casas atraentes, elevavam o moral, facilitavam a adaptação a novos cargos e encontravam empregados adequados, moradia e relações sociais adequadas (FARIAS, 2017). Desse modo, as mulheres de diplomatas já demonstravam que as mulheres poderiam ter o dom da persuasão, fomentar redes políticas e coletar informações relevantes (FARIAS, 2017). Porém, como discute Farias (2017), o que as impedia no momento era divisão de trabalho baseada em gênero, o qual caracterizava a “domesticidade” como o aspecto essencial do comportamento feminino, e também viverem em uma sociedade defensora de que as mulheres eram incapazes de entender a política externa, guardar segredos ou agir de forma autoritária quando necessário na profissão.

Por fim, o último período citado por Cheibub (1984) é o *Burocrático-Racional*. Essa fase teve início no fim da década de 1910 e é reconhecida como um marco no desenvolvimento do Estado brasileiro, o qual passou por um momento de modernização das burocracias estatais a partir de reformas administrativas. O Itamaraty, como instituição governamental, não foi excluído dessas mudanças e, assim como outras instituições, vivenciou transformações em sua estrutura institucional, visto que o período apresentou tendências à centralização e à burocratização de toda a administração pública brasileira (CHEIBUB, 1984). Cabe destacar que o período *Burocrático-Racional* abrange quase a totalidade do século XX, sendo finalizada no final da década de 1990, de modo a ser constituído por diferentes eventos históricos, e não apenas um único evento central.

Em termos globais, pode-se dividir esse período da história institucional da diplomacia em dois momentos interligados: até 1945 e pós-1945. No primeiro momento são assentadas as bases do Itamaraty moderno através de grandes ou pequenas reformas e da criação do Instituto Rio Branco. Na fase pós-1945 não se observa nenhuma grande inovação no MRE: o que a caracteriza é um acentuado fortalecimento da instituição com uma crescente aquisição da autonomia e uma expansão do papel dos diplomatas, notadamente pós-1964 (CHEIBUB, 1984).

Entre os eventos dispostos ao longo desse primeiro momento, compreendido até 1945, tem-se o ingresso da primeira mulher no Itamaraty em 1918. Maria José de Castro Rebello Mendes não foi escolhida a dedo entre um grupo de homens e convidada para integrar o Ministério; ao contrário, foi aprovada após participar do concurso público de ingresso ao

Itamaraty, tornando-se não apenas a primeira mulher a ingressar oficialmente na instituição, mas também a primeira mulher a prestar um concurso público no Brasil. Além disso, Rebello Mendes também foi a primeira colocada no concurso ocorrido no ano de sua entrada e, na ocasião, foi alocada na Secretaria de Estado no cargo de Oficial da Secretaria de Estado. Para conseguir tal feito, ela precisou recorrer judicialmente, pois seu pedido de participação no concurso havia sido recusado por Nilo Peçanha, então ministro das Relações Exteriores (AMPARO E MOREIRA, 2020). Assim, Rebello Mendes teve seu ingresso no Itamaraty aprovado apenas por intervenção judicial de Rui Barbosa, que argumentou que na Constituição de 1891, em seu artigo 73, sobre elegibilidade a cargos públicos, o texto citava “todos os brasileiros”, sem discriminação de sexo (MENDES, 2011).

O caso de Maria José, todavia, ganhou repercussões nacionais e, embora tenha sido judicialmente aprovada para trabalhar no Itamaraty, sua conquista não foi comemorada por todos como um passo ao progresso, pois, devido às expectativas sociais dispostas às mulheres na época, reinava a opinião popular de que a diplomata deveria permanecer em casa, provendo o lar e se preocupando em conseguir um marido e filhos, não se envolvendo com política e a vida pública. Nesse sentido, consoante Farias (2017), embora Nilo Peçanha tenha aprovado a decisão de Maria José prestar o concurso, em nota publicada sobre sua decisão ele argumentou que, embora muitas habilidades exigidas pelo trabalho, como a discrição, não serem privilégios dos homens, o ministro das Relações Exteriores não tinha certeza se as mulheres podiam ser boas diplomatas, visto que seria melhor para “seu prestígio” que Maria José ficasse em casa por causa das tantas desilusões da vida pública (FARIAS, 2017). Assim, segundo Farias (2017), a fala de Peçanha remetia a uma realidade onde apenas os homens são capazes de lidar com os desafios da vida pública, enquanto as mulheres devem permanecer longe do serviço público e se preservarem aos ambientes domésticos e manter uma vida reservada.

À época, haviam três áreas de serviço público no Itamaraty: o Corpo Consular, o Serviço Diplomático e os Oficiais da Secretaria de Estado. Enquanto Maria José foi alocada a esta última categoria e as discussões envolvendo seu ingresso à instituição foram gradativamente findadas, o debate sobre o papel da mulher no Itamaraty não diminuiu, principalmente se as mulheres poderiam ingressar nos Serviços Consulares e Diplomáticos (FARIAS, 2017). Ambas eram carreiras as quais os diplomatas possuíam maior liberdade para se locomover, viajar e, até mesmo, morar no exterior, pois essas eram áreas na diplomacia

formadas por indivíduos que representavam efetivamente o Brasil externamente em outros países. Desse modo, como afirma Farias (2017),

A liberdade de se mover por oceanos e continentes sem a presença de homens colidiu com as noções tradicionais de virtude adequada. Assim como em outros países latino-americanos, no Brasil o conceito de honra masculina permaneceu profundamente ligado ao controle do comportamento das mulheres, particularmente de sua mobilidade e sexualidade (FARIAS, 2017).

Ainda envolto de tais discussões, na década de 1920, mais três mulheres ingressaram na diplomacia brasileira também como Oficiais da Secretaria de Estado. Em 1926, entraram Wanda Vianna Rodrigues e Celina Porto Carrero, sendo ambas nomeadas para o cargo, visto que não passaram por um concurso de provas (AMPARO E MOREIRA, 2020). E, em 1928, é aprovada Zorayma de Almeida Rodrigues por meio de concurso público. Após a entrada de Zorayma Rodrigues, a diplomacia brasileira contava com 241 servidores, sendo que apenas 4 eram mulheres (FRIAÇA, 2018)

Assim como os diplomatas homens possuíam características padronizadas física e intelectualmente, independente se concursados ou nomeados, as mulheres ingressantes no Itamaraty, nas décadas de 1920 e 1930, também possuíam um perfil semelhante entre si.

As mulheres que ingressaram na carreira de oficial de secretariado após a vitória de Maria José eram geralmente inteligentes, motivadas, não nascidas no Rio de Janeiro - algumas do Nordeste do Brasil - estudavam na Escola Normal, uma instituição de formação de professores, lecionavam por um tempo, tinham amigos e família em cargos de poder, tendo trabalhado inicialmente como datilógrafo ou em outros cargos no Itamaraty (FARIAS, 2017)

Ou seja, além de serem pouquíssimas as mulheres que ingressavam na instituição, aquelas que conquistavam o feito eram provenientes de famílias abastadas, cujas filhas possuíram oportunidade de estudo de qualidade em áreas como línguas, escrita, leitura e datilografia. Logo, para elas também valia a regra de que o diplomata precisa ter alto capital cultural, social e econômico.

Em 1931, após Reforma Melo Franco, é extinguido o setor formado pelos Oficiais da Secretaria de Estado. Isso significava transferir funcionários existentes para os Serviços Consulares ou Diplomáticos (FARIAS, 2017). Às mulheres na carreira, foi negado o direito de transferência para o Serviço Diplomático, sendo obrigatoriamente realocadas no Serviço Consular - isto é, às mulheres coube a promoção automática à carreira de “menos prestígio”

quando comparada à diplomática, de maior prestígio (FRIAÇA, 2018 apud AMPARO E MOREIRA, 2020).

Poucos anos após a dissolução da Secretaria de Estado, em 1934, ocorrem mudanças no modelo de recrutamento para trabalhar no Itamaraty. Segundo Gobo (2018), o recrutamento basicamente personalista cede lugar ao modelo meritocrático, mensurável a partir de editais e regras claras de seleção; ainda, o recrutamento foi retirado das mãos dos políticos e da cúpula da instituição, sendo estabelecido que as provas escritas não seriam identificadas com o nome dos candidatos. Nesse sentido, as mudanças no processo de seleção visavam tornar o concurso um processo baseado essencialmente no mérito dos candidatos (GOBO, 2018). No entanto, conforme Gobo (2018) explica, o resultado dessa mudança sobre o perfil dos recrutados é pouco expressivo, pois o objetivo de selecionar os candidatos com alto capital cultural continua inalterado; há mudança na incidência da influência do capital social sobre o processo de recrutamento, uma vez que uma das etapas de seleção ocorria de forma anônima.

Posteriormente, em 1938, com a denominada Reforma Oswaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores, além da unificação da carreira consular com a carreira diplomática, ocorreu a proibição do ingresso de mulheres à carreira diplomática no Brasil (AMPARO E MOREIRA, 2020). Até esse momento, as posições que elas ocupavam não eram propriamente de diplomatas, mas sim de apoio administrativo. Com a reestruturação da carreira, só seria possível o ingresso de mulheres na condição de diplomatas, colegas de mesmo nível hierárquico dos homens (MENDES, 2011). No entanto, para os homens, essa igualdade no nível hierárquico era inconcebível. Em uma de suas cartas, Oswaldo Aranha confirmava o projeto de união dos corpos diplomático e consular e comentava as dificuldades enfrentadas com a nomeação de mulheres para cargos no exterior, que teriam exposto o Brasil ao ridículo (FRIAÇA, 2018). Além disso, na mesma carta, o ministro das Relações Exteriores destacava o descompasso entre a realidade brasileira e a comunidade internacional, pois ter mulheres trabalhando em postos no exterior criava embaraços para o governo brasileiro e outros Estados, pois as leis de outros países, bem como a religião, os hábitos sociais e os conceitos políticos eram diversos e muitos não favoreciam a admissão de mulheres (AMPARO E MOREIRA, 2020). Além disso, a mulher diplomata trabalhando no exterior causaria vexames ao próprio marido, pois este estaria a acompanhando e isso feriria o poder do marido sobre a mulher na sociedade conjugal (FRIAÇA, 2018).

Finalizando o primeiro momento da fase *Burocrático-Racional*, a última grande realização deste período de estabelecimento das bases do Itamaraty moderno é a criação do Instituto Rio Branco (CHEIBUB, 1984). Legalmente, sua criação se dá por meio do Decreto Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945. Se é possível dizer que diminui até quase à extinção o poder do capital social, o capital cultural se firma como fundamental para aqueles que têm o objetivo de ocupar um espaço na instituição (GOBO, 2018). Entretanto, essa nova tentativa de democratizar o recrutamento para o ingresso no Itamaraty não trouxe efetiva mudança no quadro dos ingressantes na instituição, pois, assim como ocorreu em 1934, o perfil dos recrutados continua seguindo o padrão dos diplomatas já em carreira. Assim, embora meritocrático, o processo de seleção do corpo diplomático não implicou no acesso universalizado e heterogêneo de indivíduos ingressantes, já que mulheres, negros, minorias sexuais, homens brancos de baixa estatura, mais velhos ou com deficiência foram, de diferentes maneiras, excluídos desse espaço (GOBO, 2018).

Embora as provas escritas fossem anônimas e possibilitasse aos candidatos de diferentes posições sociais, raça, orientação sexual, aparência física, etc, avançarem etapas no processo de seleção, eles comumente eram eliminados nas etapas de prova oral e entrevista, pois, como cita Gobo (2018) a partir da análise de diplomatas entrevistados pela autora, existiam avaliadores nas bancas preparados para barrar o acesso de gays, lésbicas, negros, além de medir oralmente a capacidade cultural dos candidatos. Essas tentativas de exclusão perduraram até 1984, quando findam as entrevistas. Mas somente a partir de 2005 são eliminados todos os exames orais (GOBO 2018).

O segundo momento da fase *Burocrático-Racional* teve um foco no aprofundamento das mudanças iniciadas na fase anterior, isto é, o governo e o Ministério das Relações Exteriores concentraram esforços no objetivo de burocratizar e racionalizar o MRE, na ampliação da base de seleção do corpo diplomático, na busca constante por autonomia face a influências externas à instituição e, por fim, em pôr em vigor métodos de para transformar a diplomacia em uma carreira mais meritocrática.

Os objetivos almejados pelo MRE foram conquistados aos poucos ao longo da segunda parte do século XX. De início, tem-se a trajetória das mulheres na diplomacia brasileira interrompida, em 26 de abril de 1946, quando foi publicado o Decreto-lei nº 9.202, que designava como elegíveis à carreira diplomática brasileiros do sexo masculino (AMPARO E MOREIRA, 2020). Segundo as autoras Amparo e Moreira (2020), esse mesmo decreto anunciava a exoneração das mulheres que já estavam na carreira, no Serviço

Consular, em caso de se casarem com diplomatas homens de carreira. Apenas nos anos 1950 a proibição do ingresso de mulheres à carreira diplomática foi extinta definitivamente, pela Lei 2.171, de 18 de janeiro de 1954 (AMPARO E MOREIRA, 2020). Nas discussões do período sobre a permissividade ou não do ingresso das mulheres ao Itamaraty, nota-se um discurso fortemente baseado em estereótipos de gênero, tanto entre os que eram a favor, quanto entre os que eram contra (MENDES, 2011).

Segundo Mendes (2011), embora houvesse evoluções nas discussões sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, no caso das mulheres se tornarem futuras diplomatas ainda havia uma parcela de opinadores defensores de que seria muito difícil a alocação de mulheres em países considerados hostis, pressupondo-se de que os homens seriam os únicos capazes de serem alocados no exterior. Ainda, continua a autora, as mulheres eram taxadas sob a ótica estereotipada da fragilidade feminina e argumentava-se sobre como essa fragilidade seria um empecilho para o desenvolvimento profissional da mulher. Um terceiro argumento contra a existência de diplomatas do sexo feminino era referente às questões matrimoniais, pois era inimaginável que uma mulher trabalhasse e o marido ficasse responsável por a seguir pelo mundo.

Como relatado no descritivo sobre o *Momento Carismático* da diplomacia, quando o corpo diplomático ainda era composto quase que em sua totalidade por homens brancos, heterossexuais, provenientes de famílias aristocráticas e com capital financeiro e social elevado, as mulheres começaram a ocupar um papel fundamental ao lado de seus esposos diplomatas. Nesse contexto, manter uma esposa proveniente de família renomada, educada com padrões europeus e ensinada a conviver no seio da elite, garantia ao diplomata uma imagem pessoal bem vista pelos outros, assim, agregando traços positivos a seu lado profissional e diplomático. O patriarcado existente nessa construção fantasiosa permaneceu presente no século XX e, mesmo após as mulheres terem conseguido, por um curto período de anos, tornarem-se servidoras no Itamaraty, a idealização não teve fim, de modo a ainda existirem aqueles que defendem que figuras femininas deveriam permanecer em casa e fora da vida pública.

Naquela época, realmente não era concebível uma estrutura que abarcasse um papel específico para o marido de uma mulher diplomata, que a acompanharia, abrindo mão de uma carreira própria, e se responsabilizaria pelo cuidado do lar e pela criação dos filhos, como todas as mulheres de diplomatas fizeram desde que a profissão, tal como a conhecemos hoje, surgiu. A divisão de papéis baseados em gênero é tão forte na nossa sociedade, que qualquer inversão que se tente é considerada absurda (MENDES, 2011).

Ainda no que tange ao papel social atribuído à mulher como esposa e cuidadora do lar, em 1966 surge um obstáculo para mulheres diplomatas casadas com homens diplomatas - ambos em exercício da profissão. Consoante Mendes (2011), em caso de remoção, um dos cônjuges deveria “agregar” ao outro, ou seja, acompanhá-lo sem trabalhar e sem receber salário. Considerando a mentalidade da sociedade na década de 1960, a parte agregada na maioria dos casos era a mulher, fazendo com que seus maridos avançassem em suas carreiras, enquanto elas permanecessem estagnadas presas a um papel de mãe e esposa, apesar de terem ingressado por conta própria e de forma límpida na carreira diplomática (MENDES, 2011). Segundo Friaça (2018), é apenas em 1973 que os anos de agregação passaram a ser contados como serviço exterior, no entanto, um dos cônjuges teria um salário 40% menor – tal desigualdade de remuneração apenas deixou de existir com a Lei 9.392 de 19 de dezembro de 1996 (AMPARO E MOREIRA, 2020). O instituto da agregação foi extinto somente com a Lei 7.501 de 27 de junho de 1986 (FRIAÇA, 2018).

Seguindo a linha temporal dos eventos do século XX, apenas no final dos anos 1970, em 1978, é admitida a primeira mulher negra no Instituto Rio Branco. É importante destacar o ingresso de Mônica de Veyrac na diplomacia brasileira, pois sua entrada não foi simplória e sem significados. Mônica de Menezes Campos (Mônica de Veyrac após casar-se), nasceu no Rio de Janeiro e era a filha mais velha de um tenente do Exército Brasileiro; conhecida por ser dedicada e estudiosa, entre as instituições de ensino que estudou está o Colégio Pedro II, estabelecimento tradicional de ensino fluminense (HAXTON E SILVA, 2021). Enquanto morava em Brasília devido a transferências internas do emprego de seu pai, Mônica foi contemplada com bolsas de estudo em escolas de idiomas na capital, aprendendo nelas o inglês, o francês e o espanhol. Concomitantemente, matriculou-se em curso preparatório para o vestibular da Universidade de Brasília, sendo aprovada para cursar Letras na instituição, em julho de 1976 (HAXTON E SILVA, 2021). Além do curso de Letras, Mônica teve uma graduação incompleta de Direito, o qual largou para se dedicar aos estudos para o IRBr.

No período de ingresso de Menezes Campos no Itamaraty, um dos objetivos da Política Externa brasileira era o de aproximação do Brasil com os países africanos (HAXTON E SILVA, 2021). Segundo Haxton e Silva, o Brasil, em suas negociações, argumentava que a nação brasileira e o continente africano possuíam um “parentesco cultural” e um passado em comum; entretanto, o corpo diplomático brasileiro presente nas nações africanas, cujos diplomatas, políticos e negociadores eram em maioria pessoas negras, era praticamente todo



branco - detalhe que não passou despercebido por líderes africanos e por críticos ao governo brasileiro. O episódio contribuiu para o governo brasileiro, à época vivendo sob as rédeas da Ditadura Militar, sofrer duras críticas internacionais e precisar agir com certa urgência para passar a imagem de que o Brasil era um país sem preconceitos, onde todas as pessoas, independentemente da raça, conviviam em harmonia (HAXTON E SILVA, 2021).

Sob essa conjuntura externa, a aprovação de Mônica de Menezes Campos teve uma grande repercussão na imprensa. Segundo o jornalista Carlos Marchi, do Jornal do Brasil, tal repercussão não teria sido ao acaso, pois a imprensa fora alertada do caso pelo próprio Itamaraty (HAXTON E SILVA, 2021).

Agora, foram os próprios diplomatas – possivelmente, seguindo instruções superiores – que deram uma dica formidável aos jornalistas: ‘Uma crioulinha conseguiu passar’. Para quem se interessasse, o endereço e o telefone de Mônica estavam à mão. A TV-Globo foi imediatamente convocada pelo Itamaraty, naturalmente em caráter não oficial (MARCHI, 1978 apud HAXTON E SILVA, 2021).

Assim, não é inviável supor que o governo ditatorial brasileiro fez uso político da aprovação de Mônica com o intuito de, por um lado, reforçar a imagem do Brasil enquanto sociedade sem conflitos raciais, e por outro, estreitar os vínculos comerciais com a África (HAXTON E SILVA, 2021). Além disso, Haxton e Silva (2021) complementam que a entrada de uma negra no IRBr, um dos locais mais elitizados do aparato burocrático brasileiro, passaria a impressão de que não havia discriminação no acesso à carreira diplomática e que, se houve no passado, estaria então extinta.

Outro ponto a ser discutido é sobre o perfil pessoal de Mônica. Como exposto previamente, consoante Haxton e Silva (2021), a primeira mulher diplomata negra possuía um brilhantismo intelectual em sua trajetória acadêmica e, também, pertencia a uma família da classe média pertencente ao serviço público militar, a qual tinha condições materiais que a permitiram se dedicar aos estudos para o IRBr. Logo, seu capital social e intelectual não se diferencia do perfil apresentado pelos diplomatas da instituição, e sua condição financeira permitia-a ter privilégios no que tange à qualidade de ensino. Esses fatos, claro, não tiram o pioneirismo de Mônica de Menezes Campos, a qual ainda hoje é homenageada e serve de inspiração para milhares mulheres. Mônica será sempre lembrada como a primeira mulher negra diplomata do Brasil.

No começo dos anos 1980, o ministro Ramiro Elísio Saraiva Guerreiro tomou uma decisão que, embora simbólica, constituiu uma mudança de fundo rumo ao pleno exercício da

carreira pelas mulheres (FRIAÇA, 2018). Foi assinado um documento informando que as diplomatas seriam designadas em seus postos com seus respectivos títulos flexionados no feminino - secretária, conselheira, ministra e embaixadora. Ainda nessa década, em fevereiro de 1987, é atribuído à Thereza Quintella a chefia do Instituto Rio Branco, tornando-a a primeira mulher a ocupar o posto de maior responsabilidade pela formação dos novos quadros da diplomacia brasileira (FRIAÇA, 2018). Sua nomeação, no entanto, ocorreu em um período crítico para o Itamaraty, visto que

tanto a imprensa, quanto as feministas já vinham vocalizando há algum tempo sua estranheza pela ausência de mulheres nas classes mais altas da carreira diplomática e, em especial, pela inexistência de embaixadoras. A resposta do Itamaraty a esses clamores veio com a sua promoção a ministra de primeira classe, em 17 de dezembro de 1987 (FRIAÇA, 2018).

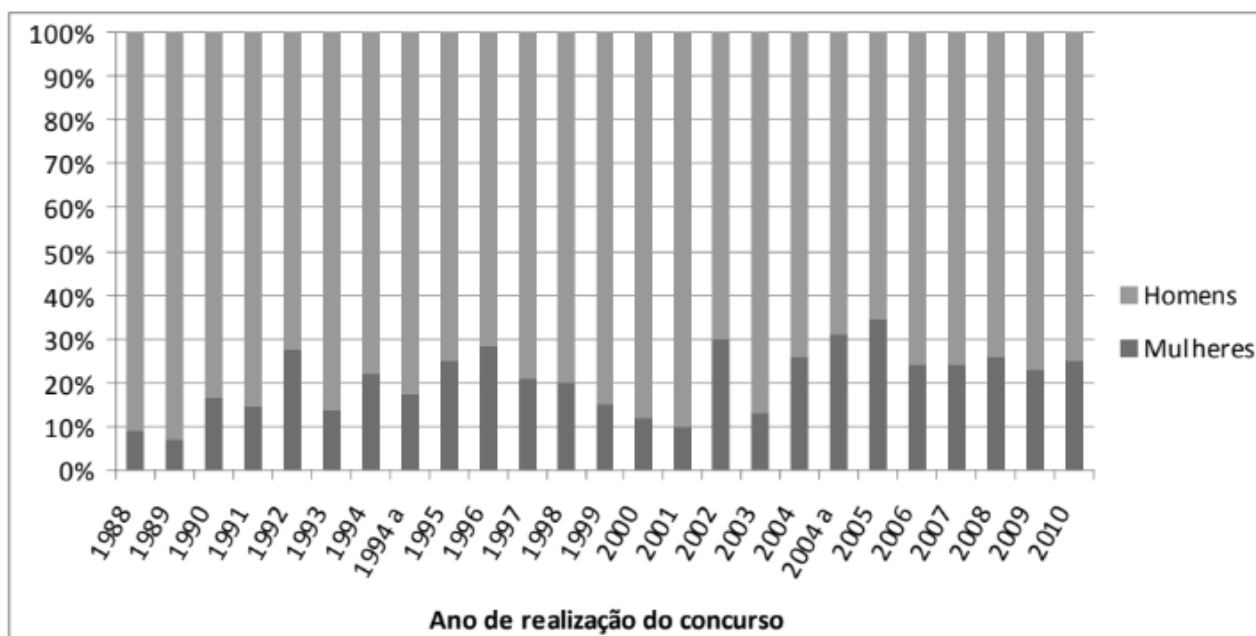
A Constituição de 1988 não trouxe tantas mudanças quanto ao avanço da igualdade de gênero na diplomacia. Segundo Friaça (2018), houve uma articulação do movimento feminista para garantir pautas de políticas públicas voltadas para a mulher nas discussões da reforma do Estado, porém estas não eram pautas prioritárias para os políticos que estavam a frente dessa reforma. Anos depois, o ministro Celso Amorim, presente nos dois mandatos do governo Lula (2003-2011), promoveu uma política informal de cotas para promoção de mulheres na hierarquia itamaratiana, por meio de instrumentos de pressão interna. De 2003 a 2009, a proporção de mulheres entre os diplomatas promovidos cresceu de 16% para 19% (AMPARO E MOREIRA, 2021). Essa política, no entanto, perdeu força após o fim da gestão de Celso Amorim, visto seu caráter informal e a sensação incômoda nos diplomatas, principalmente nas mulheres, de que as promoções ocorriam pela informal obrigatoriedade, não pela capacidade feminina na profissão.

### **Evolução das candidaturas e do ingresso de mulheres no Instituto Rio Branco**

Após a criação do Instituto Rio Branco e a promulgação da obrigatoriedade de ingresso na instituição por meio de concurso público, o objetivo de democratizar e tornar meritocrático o processo de entrada na academia de formação de diplomatas estava sendo cumprido de acordo com as diretrizes estabelecidas nos editais dos concursos. Entretanto, embora a proibição de mulheres se inscreverem para realização da prova tenha sido findada em 1954, o ingresso delas não foi (e ainda não é) observado de maneira expressiva.

Segundo a captação de dados feita por Friaça (2018), os aprovados no Instituto Rio Branco permanecem sendo majoritariamente homens, não ocorrendo mudanças drásticas em relação ao gênero dos ingressantes entre os anos de 1988 e 2010. O Gráfico 1 apresenta esse cenário visualmente.

Gráfico 1 - Percentual de mulheres aprovadas no concurso do IRBr no período de 1988 a 2010.



Fonte: MRE. Anuário do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, 2008 e IRBr. Elaboração Guilherme Friaça, 2018.

Com base nos dados apresentados, a aprovação de mulheres no concurso permaneceu inferior ao número de aprovações masculinas em todos os anos. No intervalo de 23 anos apresentado no gráfico, a média de mulheres aprovadas em relação aos homens foi de 17,34% (FRIAÇA, 2018). Além disso, mesmo em quantidades inferiores, é perceptível uma constante oscilação na quantidade de mulheres aprovadas, principalmente entre 1988 e 1995. Nas turmas ingressantes em 1995 e 1996, não diferem visivelmente a porcentagem de mulheres aprovadas: 25% da turma de 1995<sup>6</sup> foi formada por mulheres, enquanto, em 1996 o percentual foi de 28,57%<sup>7</sup> (o quarto maior percentual nos anos analisados), porém, logo em seguida, iniciou-se um declínio nesse percentual até 2001 quando apenas 10% dos aprovados foram mulheres. No ano seguinte, em 2002, houve um aumento excepcional na aprovação feminina

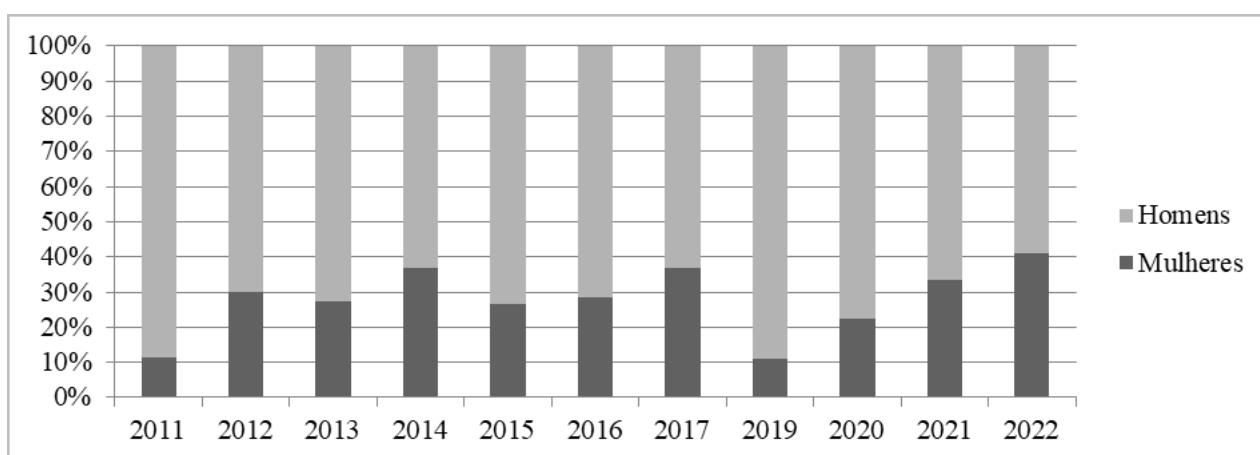
<sup>6</sup> Cálculo feito a partir dos nomes dos aprovados disponibilizado no Anuário do Instituto Rio Branco em 2020.

<sup>7</sup> Cálculo feito a partir dos nomes dos aprovados disponibilizado no Anuário do Instituto Rio Branco em 2020.

no concurso, porém, em seguida se reinicia os percentuais oscilatórios, sempre muito distante de uma igualdade numérica entre homens e mulheres aprovados.

No Gráfico 2, a seguir, observa-se os dados referentes ao percentual de aprovados nos concursos ocorridos entre 2011 e 2020. Em relação ao gráfico anterior, o padrão do formato deste não se diferencia - continuam as oscilações na quantidade de mulheres aprovadas no concurso e a taxa de aprovação feminina não se aproxima de 50% ou mais do total dos aprovados.

Gráfico 2 - Percentual de mulheres aprovadas no concurso do IRBr no período de 2011 a 2022.



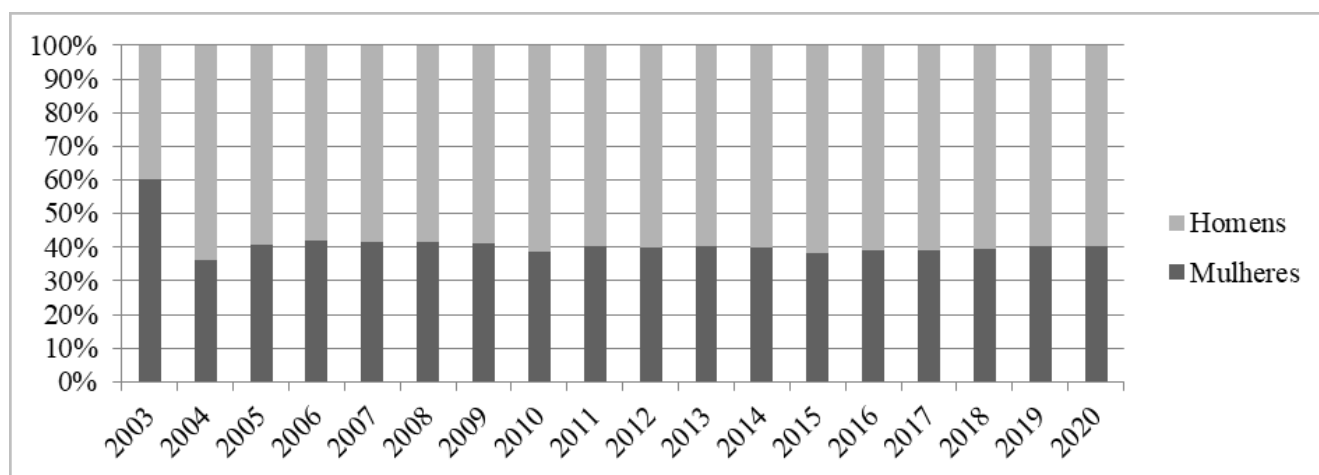
Fonte: Elaboração própria, 2023<sup>8</sup>.

Na década de 2010, os anos de 2011 e 2019 são os que apresentam menor porcentagem de ingresso de mulheres na diplomacia brasileira, constando, aproximadamente, 10% de mulheres aprovadas respectivamente. Já as turmas iniciadas nos anos de 2014 e 2017 foram compostas por, respectivamente, 7 e 11 mulheres, representando 36% de mulheres aprovadas em cada ano. Ainda, o resultado de 2021, cujo concurso ocorreu durante a pandemia do COVID-19, traz como resultado a aprovação de 8 mulheres em uma turma com 24 indivíduos, logo, a representação feminina é de 33% neste ano. Por fim, o último concurso realizado até o presente momento teve 41% de aprovação feminina, tornando-se o concurso com maior percentual de mulheres aprovadas no Instituto Rio Branco, resultando no quadro de 1.540 de diplomatas, sendo 356 mulheres (23%) e 1.184 homens (ESTADO DE MINAS, 2023).

<sup>8</sup> Gráfico construído unindo as seguintes fontes: Anuário do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, 2020. Diário da União, 2021. Diário da União, 2022.

Afastando o foco exclusivo naqueles que conseguiram a aprovação no Instituto Rio Branco e considerando também aqueles que não obtiveram sucesso, a seguir está demonstrado as porcentagens de inscritos no concurso para carreira diplomática entre os anos de 2003 e 2020. Os dados, fornecidos por Faria e Faleiro (2022) ao site *República.org*, inferem certa estabilidade entre homens e mulheres no número de inscritos para o concurso.

Gráfico 3 - Percentual de homens e mulheres inscritos no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática entre 2003 e 2020.



Fonte: FARIA e FALEIRO, 2022<sup>9</sup>.

Entre 2005 e 2020, permanece na faixa de 40% ao ano a quantidade de mulheres inscritas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, indicando novamente a falta de representação feminina na carreira - neste caso, no interesse em seguir carreira diplomática. O concurso realizado no ano de 2003 é o único entre os representados com maioria feminina no número de inscritos (60,3%), totalizando 2.214 inscritas de um total de 3.673 candidatos. Em contrapartida, possuir maioria feminina nas inscrições deste ano não refletiu na aprovação de maioria feminina no concurso, pois a turma que ingressou em 2003 apresentou aproximadamente 12% de mulheres aprovadas. Cabe lembrar que até 2005 ainda ocorriam provas orais, ou seja, havia a avaliação presencial dos candidatos.

### Projetos para promover interesse feminino na carreira diplomática

<sup>9</sup> Gráfico de elaboração própria a partir dos dados oferecidos por FARIA e FALEIRO para reportagem Mulheres na Diplomacia Brasileira disponibilizado pelo site REPUBLICA.ORG em 2022.

Os dados e a história não mentem: o Itamaraty ainda hoje continua sendo um ambiente predominantemente composto por homens diplomatas e essa realidade não é despercebida pelo quadro de servidoras diplomatas. Segundo reportagem do *site* SOS MULHER, do governo do estado de São Paulo, a embaixadora Irene Vida Gala, em rede social no dia 22 de Fevereiro de 2022, disse em resposta a um comentário sobre as diplomatas mulheres não subirem na carreira devido à falta de mérito:

É uma vergonha um colega homem fazer esse julgamento de suas colegas mulheres. Toda e qualquer pessoa minimamente informada sabe que a reduzida presença de mulheres é de ordem estrutural e jamais por qualificação inferior [...]. Não quero saber das razões históricas para a situação ser como é hoje. O que interessa é saber por que a instituição e seus representantes ainda não empreenderam uma política efetiva para a promoção da igualdade de gênero no Itamaraty. E a resposta é clara: porque não querem mudar (SOS MULHER, 2022),

O comentário exemplifica o que muito se discute na atualidade sobre a inclusão de mulheres em espaços profissionais, isto é, não haverá a igualdade entre mulheres e homens se a estrutura do sistemas não age promovendo mudanças para eliminar a desigualdade, principalmente, se ainda houver homens (e às vezes até mesmo mulheres) indispostos a enxergar que existem, sim, diferenças entre o tratamento dado às mulheres e o tratamento oferecido aos homens nos ambientes de trabalho.

A realidade da desigualdade entre o contingente de homens e mulheres na diplomacia não é ignorada atualmente. Não há como fugir da visão, expressada pelo próprio Itamaraty, como sendo um ambiente cuja história estrutural produziu o significado, a imagem, a figura de diplomata (AMPARO E MOREIRA, 2020). Há, entretanto, como enfrentar essa visão com o intuito de mudá-la e, assim, promover o aumento do interesse de mulheres na carreira diplomática e, conseqüentemente, mudando aos poucos a discrepância numérica entre homens e mulheres na instituição. Nesse sentido, visando lidar com essa desigualdade, projetos focados em temáticas de representatividade e gênero, além de promoção da diplomacia para o público feminino, foram criados por mulheres diplomatas.

Um exemplo de projeto com enfoque na discussão sobre a baixa representatividade feminina na diplomacia é o documentário “Exteriores - Mulheres Brasileiras na Diplomacia”, produzido em homenagem ao centenário de ingresso na carreira diplomática de Maria José de Castro Rebello Mendes. Além de retratar a importância de Maria José, a produção mostra as histórias de Odette de Carvalho Souza, a primeira embaixadora brasileira, e de Maria Sandra Cordeiro de Mello, a primeira aluna do Instituto Rio Branco, também dando espaço para

percorrer brevemente o passado de Mônica de Menezes Campos. Para construir o documentário, a produção recorreu ao uso de dados históricos, relatos biográficos, imagens de arquivo, depoimentos de mulheres diplomatas em vários estágios da carreira e tabulação de dados sobre mulheres na diplomacia brasileira (DIPLOMACIA BUSINESS, 2022)

O documentário foi planejado pelo Grupo de Mulheres Diplomatas, coletivo composto por mulheres diplomatas, hoje sob a liderança da diplomata Irene Vida Gala. Como informa o *site* oficial da Associação das Mulheres Brasileiras na Diplomacia,

[...] a AMDB é uma associação formada por mulheres diplomatas brasileiras, na ativa ou aposentadas, que tem como principal objetivo a criação de um Itamaraty mais igualitário e representativo. Aspiramos a que o Itamaraty reflita a cara do Brasil e, para alcançarmos este objetivo, buscamos formular e apresentar medidas formais que promovam a entrada e a ascensão de mulheres na carreira diplomática. Mantendo em vista o conceito da interseccionalidade, o qual enfatiza que as mulheres não são um grupo homogêneo, buscamos também adequar as mencionadas medidas às diferentes experiências das mulheres diplomatas, sejam elas negras, indígenas, com deficiência, idosas, LGBTQI+ e de todas as regiões do Brasil (AMBD, 2023).

No *site*, também é possível ter acesso aos *links* de entrevistas, reportagens e aparições na mídia de integrantes da AMDB e assuntos relacionados às ações e conquistas da associação, assim como seus objetivos como grupo, os planos de ação para atingir esses objetivos e o estatuto da associação. Em outras redes sociais, como o *Instagram*, é possível acompanhar com maior proximidade os feitos do coletivo a partir de postagens públicas.

Ademais, outra maneira de fomentar o aumento de mulheres na diplomacia tem ocorrido por meio das redes sociais. Em 2018, o Ministério das Relações Exteriores lançou a campanha “#maismulheresdiplomatas” para promover o ingresso de mulheres na carreira diplomática (GOV.BR, 2018). Com o objetivo de incentivar um número cada vez maior de mulheres a participarem do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), foram publicados vídeos nas redes sociais do Itamaraty com depoimentos de diplomatas das mais diversas formações, idades, perfis raciais e origens geográficas e sociais (GOV.BR, 2018).

Atualmente, existem nomes conhecidos nas redes sociais que empenham um papel semelhante ao executado pelo MRE anos atrás. São diplomatas que dispõem parte de seu tempo à criação de conteúdos com dicas e materiais para ajudar concurseiros do CACD a se organizarem melhor para terem maiores chances de aprovação. O conteúdo não é exclusivo para mulheres, porém há a intenção de mostrar que mulheres estão e podem estar na diplomacia brasileira. Também é comum que as *influencers* diplomatas mostrem suas rotinas tanto pessoais, como no Instituto Rio Branco ou, em caso de já estarem apossadas, nos postos

que ocupam. Esses pequenos atos rotineiros ajudam outras mulheres a perceberem que é sim possível conciliar vida pessoal (família, casamento e filhos) com uma carreira de servidora pública no exterior.

No âmbito político, foi criado em 2014, no MRE, o Comitê Gestor de Gênero e Raça. Embora o Comitê tenha atuado até 2018, entre suas funções estava a de coordenar programas e políticas voltadas à promoção da efetiva igualdade de gênero e raça, contribuindo também para melhorar o ambiente de trabalho para todos os seus servidores, independentemente de gênero (EL PAÍS, 2018). Além disso, a responsabilidade do Comitê, considerado o canal principal para a construção de uma agenda de interesses comuns da diplomacia, era manter o tema de igualdade de gênero em pauta e atuar como importante via de pressão junto ao Ministério para a manifestação e a concretização das demandas das mulheres diplomatas dentro do ambiente profissional (EL PAÍS, 2018).

Constituem atribuições do Comitê formular e acompanhar um calendário de ações e atividades promovidas pela Administração do Senado dirigidas aos servidores, para tornar o clima organizacional mais igualitário e promover a troca de informações e conhecimentos orientados pela promoção da isonomia de direitos entre homens e mulheres, dentro e fora das organizações. A composição mais recente do Comitê foi dada pela Portaria da Diretoria-Geral nº 326, de 2022 que foi publicada em 16/02/2022 (SENADO FEDERAL, 2022).

Outro projeto envolvendo gênero e raça é o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (PAA/IRBr), o qual funciona por meio da concessão de bolsas a candidatos(as) negros(as) na preparação dos seus estudos para o CACD (MATSUOKA e SILVA, 2021). A existência desse projeto possui foco em diminuir as barreiras à inserção de pessoas negras na carreira diplomática, consequentemente contribuindo para o aumento da possibilidade de ingressar mulheres negras na profissão. Em outras palavras, o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (PAA/IRBr) – também conhecido como Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia – foi instituído em 2002 com a finalidade de buscar igualdade de oportunidades de acesso de pessoas negras à preparação para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (MATSUOKA e SILVA, 2021).

O PAA/IRBr comumente serve de estratégia para candidatos que tentarão as vagas do concurso disponibilizadas para pessoas negras.

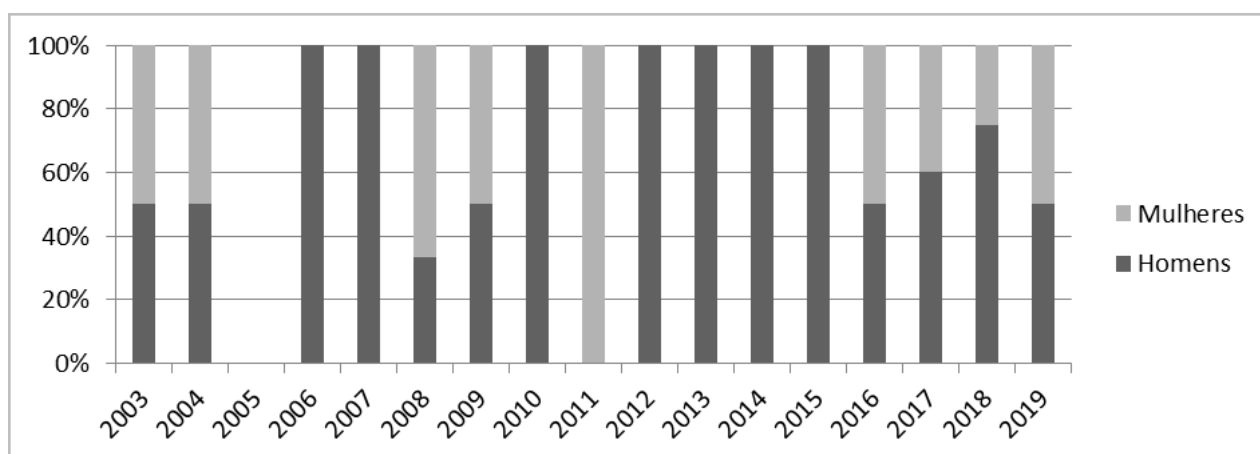


Some-se a isso a promoção de reserva de vagas, especialmente a partir de 2015, em conformidade com a Lei no 12.990, de 9 de junho de 2014, que reserva aos(as) negros(as) 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União (MATSUOKA e SILVA, 2021).

Mesmo que atualmente as provas sejam corrigidas sem que se saiba a identidade do candidato, a realidade de desigualdade social nacional que infere na baixa qualidade de ensino à parcela da população parda e negra pode ser considerada como um dos motivos da baixa aprovação de negros no CACD. Nesse sentido, há a tendência a se minimizar a baixa diversidade racial na carreira como um efeito do perfil socioeconômico dos(as) candidatos(as) aprovados(as), como se tal perfil não refletisse uma condição histórica de discriminação racial (MATSUOKA e SILVA, 2021). Novamente, este não é um projeto focado unicamente na aprovação feminina, porém é uma das formas de mais mulheres ingressarem no Itamaraty.

O programa promove a concessão de bolsas de auxílio financeiro a candidatos(as) negros(as) para estudos preparatórios ao CACD, com aquisição de material bibliográfico e cursos preparatórios; e a contratação de professores específicos para o certame (MATSUOKA e SILVA, 2021). Como resultado, foi concedido, até 2020, 720 bolsas para 428 candidatos, com um total de 42 aprovações nos concursos realizados entre 2003 e 2019. Entre os número de aprovados que tiveram auxílio da bolsa, 14 são mulheres.

Gráfico 4 - Bolsistas do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (PAA/IRBr) aprovados(as) no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) - 2003-2019.



Fonte: MATSUOKA e SILVA, 2021.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Gráfico de elaboração própria a partir dos dados oferecidos por MATSUOKA e SILVA e publicado no Boletim de Análise Político-Institucional em 2021.

Tendo em vista os projetos focados em aumentar a presença feminina na diplomacia, é imprescindível ter em mente que, sozinhos, eles não farão tudo o que é necessário para alcançar este objetivo. No entanto, há possibilidade de pequenas mudanças ocorrerem ao pôr em evidência a presença e o trabalho das diplomatas como uma das formas de transformar uma realidade persistente de desigualdades de gênero ao trazer as experiências e vivências dessas mulheres em um dos ofícios mais prestigiados da arena internacional (LENINE E SANCA, 2021).

### **Conclusão**

Apesar de o ingresso à carreira diplomática ter evoluído e se burocratizado, sendo adotado o concurso público como meio de entrada no Instituto Rio Branco, ainda há a noção de que no Ministério das Relações Exteriores prevalecem os laços patrimoniais existentes no início da consolidação das bases da diplomacia no país. Durante décadas, os integrantes do corpo diplomático foram selecionados criteriosamente, em grande parte, entre os membros da elite do país, cujas famílias possuíam relevância política ou econômica, além de um status privilegiado na sociedade brasileira. O recrutamento buscava rapazes dentro de um padrão físico e intelectual desejado pelo Itamaraty, o qual consistia em selecionar homens brancos, heterossexuais, ricos, elegantes e com boa escolaridade, comumente conhecedores de idiomas e possuidores de contatos externos.

A entrada das mulheres na profissão não foi capaz de desmontar a visão idealizada do padrão pessoal dos diplomatas. Pelo contrário, a inserção feminina na profissão foi dificultada desde o início justamente por as mulheres não se encaixarem no perfil almejado na instituição, as obrigando a enfrentar obstáculos na carreira diplomática desde o momento de sua inscrição no concurso, a exemplo tem-se a proibição feminina de ingressar no Itamaraty, o instituto da agregação, os salários inferiores aos homens e a alocação em áreas menos prestigiadas do serviço diplomático.

Por fim, embora a diplomacia brasileira tenha evoluído lentamente com o passar das décadas, a padronização do perfil diplomático não foi findada. O Itamaraty ainda hoje é composto por um quadro diplomático majoritariamente formado por profissionais masculinos e perdura a imagem do diplomata como sendo um homem branco, privilegiado, de família rica e inteligente. Por isso, com o intuito de promover a igualdade numérica entre homens e

mulheres na profissão, existem projetos com foco em incentivar mulheres a conhecerem a profissão e se inscreverem no concurso.

Em conclusão, ainda é recente a derrubada dos obstáculos jurídicos que diminuíram a presença feminina no Itamaraty, além de serem profundas as raízes que tornaram a diplomacia um ambiente com dominância masculina e viéses oligárquicos e patriarcais. Assim, é preciso trabalhar interna e externamente para que a imagem do diplomata propagada pelo MRE seja desconstruída e as mulheres cresçam em quantidade na profissão, de modo a conseguirem espaço entre os homens para que sejam vistas e ouvidas no meio.

## Referências

AMPARO, Gabrielly Do; MOREIRA, Julia. A diplomacia não tem rosto de mulher: o Itamaraty e a desigualdade de gênero. **Meridiano 47**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-18, nov./2020.

ASSOCIACAO DAS MULHERES DIPLOMATAS DO BRASIL. **Quem somos?**. Disponível em: <https://mulheresdiplomatas.org/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Pensamiento Iberoamericano**, Madrid, v. 1, n. 6, p. 113-131, dez./1984.

DIPLOMACIA BUSINESS. **História das mulheres na diplomacia brasileira é o tema do documentário “Exteriores”**. Disponível em: <https://www.diplomaciabusiness.com/historia-das-mulheres-na-diplomacia-brasileira-e-o-tema-do-documentario-exteriores/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

EL PAÍS. **Ascensão das mulheres na diplomacia brasileira: os desafios de uma causa que está longe do fim**. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539948524\\_550151.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539948524_550151.html). Acesso em: 1 jun. 2023.

FARIAS, Rogério. "Do you wish her to mary?": Brazilian women and professional diplomacy, 1918-1938. **Diplomacy & Statecraft**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 39-56, mar./2017.

GOBO, Karla. Da exclusão à inclusão consentida: negros e mulheres na diplomacia. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 440-464, jun./2023.

GOV.BR. **#maismulheresdiplomatas**. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/maismulheresdiplomatas](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/maismulheresdiplomatas). Acesso em: 1 jun. 2023.

GOV.BR. **Anuário**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/instituto-rio-branco/publicacoes/anuario>. Acesso em: 1 jun. 2023.

GOV.BR. **EDITAL Nº 1, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-1-de-15-de-fevereiro-de-2022-380721899>. Acesso em: 1 jun. 2023.

HECHEN, Santiago. **Proyeccion Internacional de Brasil**. 1. ed. [S.l.]: Libreria y Editorial Castellvi, 1964. p. 15-35.

IADES. **Processo Seletivo Instituto Rio Branco**. Disponível em: <https://www.iades.com.br/inscricao/ProcessoSeletivo.aspx?id=8af879fc>. Acesso em: 1 jun. 2023.

MAGALHÃES, José. Manual Diplomático: Direito diplomático, Prática diplomática . **Ministério dos Negócios Estrangeiros**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 1-264, jan./1985.

MATSUOKA, Emiko; SILVA, Leonardo. As Políticas de Ações Afirmativas no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata: experiências e desafios. **Boletim de Análise Político-Institucional**, v. 1, n. 31, p. 63-70, dez./2021.

MENDES, Marina Macêdo. O Itamaraty e a lenta abertura às mulheres: a inserção da mulher na esfera política e na carreira diplomática brasileira. **O Itamaraty e a lenta abertura às mulheres**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-45, abr./2011

MOURA, Cristina. **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira**: um estudo de carreira e socialização. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 1-1.

OUTRAS MÍDIAS. **O Itamaraty e a lenta abertura às mulheres**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-itamaraty-e-a-lenta-abertura-as-mulheres/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

REPUBLICA.ORB. **RAÇA E COR NA DIPLOMACIA BRASILEIRA**. Disponível em: <https://republica.org/emnotas/conteudo/raca-e-cor-na-diplomacia-brasileira/#referencias-RafAudio>. Acesso em: 1 jun. 2023.

REPUBLICA.ORG. **MULHERES NA DIPLOMACIA BRASILEIRA**. Disponível em: <https://republica.org/emnotas/conteudo/mulheres-na-diplomacia-brasileira/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SENADO FEDERAL. **Comitê de Gênero e Raça**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/equidade/pages/comite>.

Acesso em: 1 jun. 2023.

SISS, Ahyas; ALMEIDA, Viviane. O poder da branquitude e racismo institucional: percepções sobre o acesso à diplomacia brasileira. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 24, n. 50, p. 83-102, nov./2018.